



## DECISÃO DE RECURSO

Recurso ao Ministro nº 19974.100801/2019-11

Processo originário JUCESP nº 995023/19-0

Recorrente: Icaro Technologies Serviços e Comércio Ltda.

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo (Ikarus Sistemas Inteligentes Eireli)

**I. Recurso ao Ministro. Nome Empresarial. Não Colidência. Não são suscetíveis de proteção ou exclusividade os nomes empresariais formados por expressões comuns, de uso generalizado ou vulgar, do vernáculo nacional ou estrangeiro.**

**II. Recurso não provido.**

### RELATÓRIO

1. Trata-se de Recurso ao Ministro interposto pela sociedade empresária ICARO TECHNOLOGIES SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA., contra a decisão do Egrégio Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), que deliberou pelo não provimento do Recurso ao Plenário nº 990063/18-5, por entender que não há colidência entre os nomes empresariais comparados, mantendo o arquivamento dos atos constitutivos da empresa recorrida e vem a esta instância superior, para exame e decisão ministerial (fls. 2 a 11 - SEI-ME 3692500).

2. Tem-se que o presente processo originou com Recurso ao Plenário apresentado pela empresa ICARO TECHNOLOGIES SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA., em face da decisão singular que concedeu o arquivamento dos atos constitutivos da empresa IKARUS SISTEMAS INTELIGENTES EIRELI, sob a alegação da existência de colidência entre os nomes empresariais (fls. 2 a 10 - SEI-ME 3692534).

3. Devidamente notificada a empresa recorrida não apresentou contrarrazões (fls. 69 a 72 - SEI-ME 3692534).

4. Mediante o Parecer CJ/JUCESP nº 1828/2018 (fls. 74 a 79 - SEI-ME 3692534), a Procuradoria da Junta Comercial do Estado de São Paulo, entendeu que:

11 - Neste caso, a "ICARO Technologies Serviço e Comércio Ltda." pretende provimento de seu recurso, para o cancelamento do ato de constituição de "IKARUS Sistemas Inteligentes EIRELI", porque as denominações seriam semelhantes.

12 - Constatado que os núcleos das denominações das sociedades interessadas são compostos por expressões de uso comum sendo que o da requerida "ÍCARO" tem origem na mitologia grega com significado na língua portuguesa de "*Indivíduo que foi vítima das suas exageradas ambições ou pretensões.*", bem como é utilizado como nome civil. Já a sociedade recorrida possui o núcleo "IKARUS", com significado idêntico, mas na escrita alemã e outras línguas. Não há entre os núcleos homografia (identidade) ou homofonia (semelhança) não sendo os núcleos suscetíveis de exclusividade, o que submete a análise da colidência ao cotejo dos nomes por inteiro, conforme disposto no art. 8º, II, alínea 'a'.

13 - Neste sentido, noto que os elementos acrescidos aos núcleos das denominações da recorrida "Technologies Serviços e Comércio Ltda" e da recorrente "Sistemas Inteligentes Eireli" são denominações genéricas de atividades, e as individualizam, visto não que apresentam semelhança capaz de gerar confusão, em estrita conformidade com o artigo 6º, §1º, também acima transcrito.

(...)

15 - Posto isso, não reconheço a semelhança das denominações sociais, considerando que os núcleos não são suscetíveis de exclusividade, bem como a análise dos nomes empresariais completos, onde se pode constatar a existência de outros elementos diferenciais, que afastam a possibilidade de se admitir a alegada colidência. Por isso, as denominações sociais podem coexistir perfeitamente, sem provocar erro ou confusão na identificação das sociedades mercantis em questão.

16 - Diante de todo o exposto, opino no sentido de que seja **negado provimento ao recurso protocolado.**

5. O Vogal Relator acompanhou o parecer da Procuradoria e votou pelo não provimento ao recurso (fl. 82 - SEI-ME 3692534).

6. Submetido o processo a julgamento, o Eg. Plenário da JUCESP, em sessão ordinária realizada no dia 20 de fevereiro de 2019, por unanimidade, deliberou por negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Vogal Relator, conforme posicionamento da Procuradoria (fl. 86 - SEI-ME 3692534).

7. Irresignada com a r. decisão, a empresa recorrente interpõe, tempestivamente, recurso a esta instância superior<sup>[1]</sup>.

8. Devidamente notificada a empresa recorrida não apresentou contrarrazões (fls. 25 a 29 - SEI-ME 3692500).

9. Notificada a se manifestar a Procuradoria da Junta Comercial do Estado de São Paulo, por meio da Manifestação CJ/JUCESP nº 334/2019, reiterou os termos do Parecer CJ/JUCESP nº 1828/2018 (fl. 31 - SEI-ME 3692500).

10. A seu turno, os autos do processo foram remetidos à consideração deste Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI).

11. Nos termos da [Portaria Interministerial nº 319, de 26 de junho de 2019](#), dos Ministros da Economia e da Casa Civil, que delegou competência a este Departamento para julgar o recurso previsto no art. 44, inciso III, da [Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994](#), passa-se à análise.

## FUNDAMENTAÇÃO

12. Objetiva o presente recurso reformar a decisão do Eg. Plenário da JUCESP, que entendendo pela inexistência da identidade ou semelhança entre os nomes empresariais, negou provimento ao apelo.

13. Assim, importante ressaltar, que para o esclarecimento da questão relativa aos nomes iguais ou semelhantes, há que se observar a [Instrução Normativa DREI nº 15, de 5 de dezembro de 2013](#), aplicando-se, para o caso em tela o art. 8º, inciso II, alínea "a" c/c o art. 9º, alínea "c", que dispõem:

Art. 8º Ficam estabelecidos os seguintes critérios para a análise de identidade e semelhança dos nomes empresariais, pelos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM:

(...)

II - entre denominações:

a) consideram-se os nomes por inteiro, quando compostos por expressões comuns, de fantasia, de uso generalizado ou vulgar, ocorrendo identidade se homógrafos e semelhança se homófonos;

Art. 9º Não são exclusivas, para fins de proteção, palavras ou expressões que denotem:

(...)

c) termos técnicos, científicos, literários e artísticos do vernáculo nacional ou estrangeiro, assim como quaisquer outros de uso comum ou vulgar;

14. No campo do nome empresarial, a apreciação da colidência, examinada pela Junta Comercial, tanto na hipótese dos nomes completos, como das expressões de fantasia ou características, deve cingir-se ao aspecto formal e aparente, vez que a existência do erro ou confusão não se vincula ao gênero de comércio ou indústria, embora possa influir como agravante dessa condição.

15. No caso concreto, comparando-se os nomes:

ICARO TECHNOLOGIES SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA.

e

IKARUS SISTEMAS INTELIGENTES EIRELI

Temos que:

a) não são iguais, por não serem homógrafos;

b) não são semelhantes, por não serem homófonos.

16. Aplica-se, pois, a hipótese prevista no art. 8º, inciso II, alínea "a" c/c a alínea "c" do art. 9º da Instrução Normativa mencionada, vez que as expressões preponderantes "ICARO"<sup>[2]</sup> e "IKARUS"<sup>[3]</sup>, integrantes dos nomes empresariais da recorrente e recorrida, respectivamente, são de uso generalizado ou comum, não podendo ser tomado como exclusivo. Portanto, podem as denominações coexistir perfeitamente.

17. Assim sendo, a análise é feita considerando-se os nomes por inteiro, em que se pode constatar a existência de outros elementos diferenciais, que afastam qualquer possibilidade de se admitir a alegada colidência.

Por isso, as denominações sociais podem coexistir perfeitamente, sem provocar erro ou confusão na identificação das sociedades mercantis em questão.

18. Nem mesmo a alegação da recorrente de possuir o registro de marca do nome fantasia "ICARO" gera a exclusividade perante o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, que trata da proteção ao nome empresarial, estando a questão sobre marca afeta ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

## **CONCLUSÃO**

19. Dessa forma, considerando os elementos de fato e de direito constantes deste processo, que implicam concluir-se pela inexistência de identidade ou semelhança dos nomes empresariais por inteiro, a ponto de gerar erro ou confusão na identificação de ambas as sociedades, entende-se pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo por conseguinte, a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

**JESUÍNA ARRUDA DINIZ QUEIROZ**

Coordenadora

**AMANDA MESQUITA SOUTO**

Coordenadora-Geral

De acordo.

Adotando a fundamentação acima, e com base na competência que me foi delegada pela Portaria Interministerial nº 319, de 26 de junho de 2019, dos Ministros da Economia e da Casa Civil, NEGO PROVIMENTO ao Recurso ao Ministro nº 19974.100801/2019-11, para que seja mantida a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo, uma vez que não foi constatada a existência da alegada colidência, nos termos do art. 8º, inciso II, alínea "a" c/c a alínea "c" do art. 9º da Instrução Normativa DREI nº 15, de 5 de dezembro de 2013.

Oficie-se a Junta Comercial do Estado de São Paulo, para que dê ciência às partes da presente decisão.

Publique-se.

**ANDRÉ LUIZ SANTA CRUZ RAMOS**

Diretor

---

[1] Art. 50. Todos os recursos previstos nesta lei deverão ser interpostos no prazo de 10 (dez) dias úteis, cuja fluência começa na

data da intimação da parte ou da publicação do ato no órgão oficial de publicidade da junta comercial. ([Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994](#)).

A recorrente foi notificada em 25/03/2019 (fl. 95 - SEI-ME 3692534) e interpôs o Recurso ao Ministro em 03/04/2019 (fl. 2 - SEI-ME 3692500), estando portanto tempestivo.

[2] Icaro: na [mitologia grega](#), era o filho de [Dédalo](#) e é comumente conhecido pela sua tentativa de deixar [Creta](#) voando — tentativa frustrada em uma queda que culminou na sua morte nas águas do [mar Egeu](#), mais propriamente na parte conhecida como [mar Icário](#). □ (Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%8Dcaro>)

[3] Ikarus: Filho de Daedalus, com quem ele escapa do labirinto cretense com a ajuda de asas artificiais, onde Icarus se aproxima muito do sol, de modo que a cera derrete as asas e ele mergulha no mar.. (Fonte: <https://educalingo.com/pt/dic-de/ikarus>)



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Santa Cruz Ramos, Diretor(a)**, em 13/09/2019, às 10:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Mesquita Souto, Coordenador(a)-Geral**, em 13/09/2019, às 10:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jesuína Arruda Diniz Queiroz, Coordenador(a)**, em 13/09/2019, às 10:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3781075** e o código CRC **03A0874D**.